

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.241 - DF (2019/0167086-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : ANDRÉ LUIZ DE FARIA  
**ADVOGADO** : LUIZ ANTONIO BARBOSA DA SILVA - SP285724  
**IMPETRADO** : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**DECISÃO**

Trata-se de mandado de segurança, com pedido liminar, impetrado por ANDRE LUIZ DE FARIA e EUZA MARIA BARBOSA DA SILVA DE FARIA contra ato judicial do em. Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, da eg. **Terceira Turma** desta e. Corte, nos autos de EDcl nos EDcl na PET no Recurso Especial n. 1.663.224/SP.

Aduzem os impetrantes que interpuseram Recurso Especial nesta Corte contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, o qual restou monocraticamente desprovido pelo Min. Relator. Apesar de referida decisão transitar em julgado em 25/03/2019, foi acolhido posteriormente embargos de declaração interposto pela parte adversa (Condomínio Edifício Medical Center Paulista), em decisão não fundamentada, para retificar a autuação, alterando de Condomínio Edifício Medical Center Paulista para Complexo Hospitalar Alvorada, cujo teor restou mantido mesmo após declaratórios ofertados pelos ora impetrantes.

Asseveram que a autoridade coatora "[...] *por manter incólume decisão não fundamentada, o ato da autoridade impetrada deixou de entregar a prestação jurisdicional completa e eficaz garantida aos impetrantes pelos artigos 11, 489, II e 1.022 do CPC/2015, em clara ofensa ao direito dos Impetrantes ao devido processo legal* " (fl. 7), máxime diante da ofensa à coisa julgada.

Pugna pela concessão de liminar para suspender a eficácia do ato coator e, ao final, pela "[...] *concessão da segurança, para cassar o ato coator (Decisão judicial), tornando definitivo o restabelecimento a autuação original do Recurso Especial*" (fl. 8).

É o relatório.

**Decido.**

Em que pesem os argumentos expendidos pelos impetrantes, tenho que o mandado de segurança não é cabível para a hipótese.

Verifico que a r. decisão monocrática ora atacada, do em. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, relator do EDcl nos EDcl na PET no Recurso Especial n. 1.663.224/SP, foi proferida de forma monocrática com amparo no art. 34, XVIII, do RISTJ, contra a qual seria possível a interposição do recurso de Agravo Interno, nos termos do art. 259, do RISTJ.

Assim, incide no caso o disposto no art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009, e a **Súmula n.º 267 do Pretório Excelso, verbis: "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição"**.

Nessa linha de entendimento, colaciono os seguintes precedentes:

*"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO JUDICIAL RECORRÍVEL. DESCABIMENTO DO USO DO WRIT COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. LESÃO DE GRAVE OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7/STJ.*

**1. Não cabimento de mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição, nem contra decisão judicial transitada em julgado.**

2. Alterar o entendimento do tribunal de origem quanto à inexistência de lesão grave ou de difícil reparação esbarra no óbice previsto no Enunciado n.º 07/STJ.

3. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.

4. **AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**" (AgInt nos EDcl no RMS 56.233/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 08/06/2018, grifei)

*"AGRAVO INTERNO EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO JUDICIAL*

*PASSÍVEL DE RECURSO. SÚMULA 267, DO STF. INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO TERATOLÓGICA.*

*1. "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição", nos termos da súmula nº 267, do STF.*

*2. Agravo interno a que se nega provimento." (AgRg no RMS 36.631/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 20/03/2018, grifei)*

*"AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO PRÓPRIO. MEIO ELEITO. INVIABILIDADE. § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. MULTA. APLICABILIDADE.*

*1. Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição, a teor da Súmula nº 267/STF.*

*2. Esta Corte Superior já firmou entendimento no sentido de que a impetração de mandado de segurança contra ato judicial somente é admitida em hipóteses excepcionais, tais como decisões de natureza teratológica, de manifesta ilegalidade ou abuso de poder, situações não evidenciadas no caso em apreço.*

*3. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 deve ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, que pressuponha que o recurso seja manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o que ocorreu na hipótese dos autos.*

*4. Agravo interno não provido." (AgInt no RMS 52.696/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 21/09/2017, grifei)*

Outrossim, não se vislumbra da decisão natureza teratológica ou manifestamente ilegal, na medida em que devidamente fundamentada, lastreando-se na ausência de alteração da legitimidade da parte na demanda demolitória em andamento no Juízo de primeiro grau. Ademais, não se mostra possível examinar eventual desacerto cometido, até mesmo porque o ato apresenta motivação, cabendo somente ao recurso típico questionar o acerto do julgado e revisar seus termos. Desse modo, não se verifica a ocorrência de ato abusivo ou ilegal, tampouco a existência de direito líquido e certo amparável

pelo mandado de segurança.

Ante o exposto, com base no artigo 10, da Lei n. 12.016/2009, e no artigo 212, do RISTJ, **indefiro liminarmente a petição inicial, restando prejudicado, em consequência, o exame do pedido de medida liminar.**

P. e I.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

